

DIÁLOGOS POSSÍVEIS EM CAMPOS INTERCAMBIÁVEIS:

Florestan Fernandes e os Estudos de Folclore no Brasil

Wilson Rogério Penteado Júnior¹

RESUMO

Neste artigo, busca-se retomar a questão fronteiriça que marca a relação entre ciências sociais e Folclore a partir das contribuições dos textos produzidos por Florestan Fernandes entre os anos de 1944 e 1962, posteriormente reunidos no livro *O Folclore em Questão*, publicado nos anos de 1970. Especialmente, interessa lançar um olhar sobre como, ao buscar estabelecer fronteiras, Florestan Fernandes convida cientistas sociais e folcloristas ao diálogo, dentro dos limites e especificidades de cada campo, propondo como possível caminho frutífero a interdisciplinaridade. O tema envolvendo a relação entre os campos institucionais das ciências sociais e do Folclore é profundamente complexo e abre para uma série de questões investigativas. Este artigo, especificamente, busca evidenciar os aspectos propositivos que o sociólogo paulista endereçou ao folclore, entendendo-o como disciplina humanística.

PALAVRAS-CHAVE

Florestan Fernandes. Folclore. Ciências Sociais. Interdisciplinaridade

¹ Professor Associado II do Centro de Artes, Humanidades e Letras, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (CAHL/UFRB). Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (PPGCS/UFRB) . Áreas de Interesse: Antropologia e Cultura Popular; Teoria Antropológica; Antropologia das Populações Afro-Brasileiras. Entre suas publicações recentes, destaca-se “Luta antirracista e democracia racial no século XX: o legado do Jornal Quilombo – vida, problemas e aspirações do negro (1948-1950)”. *Revista da ABPN*, 2020. (Co-autoria com Tailane Nunes).

E-mail: penteadowjr@ufrb.edu.br/penteadowjr@yahoo.com.br

Introdução

Embora tenha sido uma área de aprendizagem (de 1941 a 1945) e um setor marginal em meus centros de preocupações, o folclore sempre esteve presente em meus escritos até 1962.

Florestan Fernandes²

O trecho escrito em tom de declaração pelo eminente sociólogo Florestan Fernandes, em 1975, parece oportuno a servir como epígrafe neste artigo. Às ocultas do trecho, existe, podemos dizer assim, um vigoroso investimento intelectual despendido pelo autor que, ainda que pontualmente datado em sua trajetória acadêmica, contribuiu, sobremaneira, ao debate envolvendo a temática do folclore no Brasil. Em seu artigo “Folclore e Ciências Sociais”, publicado, originalmente, em 1959, na *Revista Brasiliense*, declara que as ideias por ele defendidas nesse tocante “representam o fruto de longa maturação intelectual”, que se iniciou com seus “[...] primeiros tateios como pesquisador, ao coletar dados sobre o folclore de São Paulo, em 1941” (FERNANDES, 1989, p. 18).

Como que correspondendo a uma espécie de “versão mítica” sobre a relação histórica entre os estudos de Folclore e as ciências sociais no Brasil, no que se refere à constituição desses campos de saberes, Florestan Fernandes é apontado como aquele que, defendendo a cientificidade de sua disciplina – a Sociologia – desenhava as impossibilidades de o Folclore se tornar uma “disciplina científica autônoma”. Como bem observaram diversos autores – dentre os quais, Ortiz (1992), Peirano (1992), Cavalcanti & Vilhena (1990), Vilhena (1997), Rapchan (2000) e Cunha (2011) –, a forma pela qual se articulou o projeto de constituição das ciências sociais, enquanto um

² Trata-se de trecho da nota explicativa escrita pelo autor em maio de 1975, constante à página 1 da 2ª edição do livro *O Folclore em Questão* (1989).

saber legítimo e científico, acabou implicando concretamente na recusa do folclore como um tema relevante e, concomitantemente, no questionamento aos estudos de Folclore enquanto disciplina científica candidata a uma cátedra.

Nesse significativo capítulo da história de constituição desses campos é importante recuperarmos a atuação de Florestan Fernandes que, ao refletir a partir de seu lugar de sociólogo, contribuiu sobremaneira para o entendimento do campo dos estudos de Folclore. Pois, como bem notaram Cavalcanti & Vilhena (1990), Florestan Fernandes “[...] não se declarava em polêmica com ‘o folclore’ ou ‘os folcloristas’, mas com uma certa concepção que tomava a prática do folclore como ‘científica’” (CAVALCANTI; VILHENA, 1990, p. 82). Entre finais de 1956 e início de 1957, Florestan escrevia: “[...] não temos a intenção de subestimar, de forma alguma, os estudos folclóricos sob inspiração científica ou cientificista. Mas, exclusivamente, expor argumentos que se tornam inevitáveis em um debate atual do problema” (FERNANDES, 1989, p. 97).

Nesse sentido, parece salutar retomarmos neste artigo a questão fronteiriça que marca a relação entre ciências sociais e Folclore a partir das contribuições do conjunto de textos produzidos por Florestan Fernandes entre os anos de 1944 e 1962 e reunidos na forma de livro, sob o título *O Folclore em Questão*, publicado nos anos de 1970³. Nas palavras do próprio autor, “Este volume relata toda a história, pois abrange pequenos estudos ou ensaios e comentários que apareceram, originalmente, em jornais e revistas entre 1944 e 1962” (FERNANDES, 1989, p. 1). Especialmente, interessa lançarmos um olhar sobre como, ao buscar estabelecer fronteiras, Florestan Fernandes

³ O livro está dividido em três partes: A primeira parte, intitulada “O Folclore – antiga e novas perspectivas. .A segunda parte, intitulada “Tendências dos estudos folclóricos em São Paulo”. A terceira parte, intitulada “O folclore em resenha”. Neste artigo, está sendo considerada como fonte de referência a segunda edição, publicada em 1989.

convida cientistas sociais e folcloristas ao diálogo, dentro dos limites e especificidades de cada campo, propondo como possível caminho frutífero a interdisciplinaridade. “O que sempre me preocupou”, diz ele, “[...] foi deslindar a contribuição que o sociólogo – e com ele, outros cientistas sociais – podiam dar à investigação do folclore. E, reciprocamente, qual vem a ser a esfera de trabalho intelectual específico do folclorista propriamente dito” (FERNANDES, 1989, p. 1).

Ao se incorporar ao debate envolvendo os estudos de folclore no Brasil, Florestan contribuiu para o estabelecimento de fronteiras disciplinares direcionando sua crítica à pretensão de alguns intelectuais tornarem o Folclore conhecimento científico. Sobre isso, desenvolveu seu esforço crítico, não para negar o Folclore como campo legítimo de saber, mas para questionar sua viabilidade enquanto pretensa ciência.

Importante lembrar que os tensionamentos em região de fronteira envolvendo as ciências sociais e os estudos de Folclore no Brasil devem ser compreendidos em termos contextuais. Nesse sentido, eles não se devem tão somente à atuação pessoal do sociólogo em questão. Como bem observa a antropóloga Mariza Peirano (1992), havia à época um projeto intelectual dominante: “Uma macrosociologia histórica de grandes etapas do desenvolvimento nacional [que] talvez não pudesse se adequar a temas microscópicos como aqueles considerados folclóricos” (PEIRANO, 1992, p. 87).

Não há dúvidas de que o tema envolvendo a relação entre os campos institucionais das ciências sociais e do Folclore é profundamente complexo e abre para uma série de questões investigativas. Este artigo consiste no exercício de tocar na questão buscando evidenciar os aspectos propositivos que o sociólogo paulista, Florestan Fernandes, endereçou ao folclore. Em sendo assim, as reflexões colocadas ao

longo deste texto se voltam muito mais às potenciais afinidades entre aqueles campos que, necessariamente, às questões de litígio.

Relações fronteiriças: os Estudos de Folclore no Brasil e o campo das Ciências Sociais

“Registrem fielmente, sem enfeitar, sem interpolar, sem modificar” (ALMEIDA, 1971, p.12). Essa era a recomendação expressa de um dos mais eminentes estudiosos brasileiros do folclore de meados do século XX, Renato Almeida (1895-1981). Sua recomendação não era fortuita. Ela estava atrelada à própria justificação do trabalho folclorístico: registrar com fidelidade as ‘coisas do povo’, pois elas, no limite, revelariam a própria essência da nação brasileira. Definitivamente, para os folcloristas, ‘brasilidade’ se colocava como sinônimo de autenticidade – aquilo que seria próprio da nação e que estaria disseminado nas coisas do ‘povo’ –, cuja missão de identificação, registro e apelo de preservação ficaria a cargo desses mesmos profissionais (PENTEADO JR, 2016).

Em verdade, como é sabido, o apelo de registrar a “sabedoria empírica e a arte espontânea do povo”, exaltada por Almeida (1971), obedeceu a um movimento muito mais antigo e ocorrido em escala maior, iniciado na Europa, onde o termo folclore passou a ser utilizado para se referir às ‘tradições’, ‘costumes’ e ‘superstições’ das classes populares, designando toda a cultura nascida nessas classes, dando ao folclore o *status* de história não escrita de um povo. Como bem observa E. P. Thompson (1998), apoiado em Peter Burke (1978):

[...] o século XVIII viu abrir-se um hiato profundo, uma profunda alienação entre a cultura patricia e a da plebe [... sendo] uma das consequências [...] o surgimento do folclore, à medida que observadores sensíveis [e os pouco sensíveis] nas camadas superiores da sociedade promoviam a investigação da ‘Pequena Tradição’ plebeia, registrando seus estranhos hábitos e ritos. Quando surgiu o estudo do folclore, esses costumes já começavam a ser vistos como ‘antiguidades’, resíduos do passado [...] (THOMPSON, 1998, p.13).

Tal como instituído seu marco de origem, atribui-se a Ambrose Merton – pseudônimo de William John Thoms (1803-1885) – a cunhagem do termo folk-lore, que teria aparecido pela primeira vez na imprensa em 1846, em uma carta endereçada à revista *The Atheneum*, de Londres, onde os vocábulos da língua inglesa *folk* e *lore* teriam sido unidos com a intenção de significar um campo de estudos sobre o ‘saber tradicional de um povo’ (AYALA; AYALA, 1987). Este termo passou a ser utilizado, então, para fazer referência às ‘tradições’, ‘costumes’ e ‘superstições’ das classes populares. Na mesma carta, Thoms afirmava que muito de interessante já havia se perdido, mas que ainda era possível salvar muita coisa, através de “esforços oportunos” (THOMS, 1846).

Embora a versão de origem dos estudos folclorísticos recaia sobre a atuação do já citado inglês William John Thoms, não se pode perder de vista que os pressupostos que fundamentam tal campo do conhecimento surgidos na movimentação entre finais do século XVIII e início do XIX, encontraram ressonância e foram produzidos em diversas outras partes da Europa, a exemplo do que produziram os Irmãos Grimm, a propósito de pesquisas sobre a “poesia tradicional” na Alemanha (SCHNEIDER, 2005), contribuindo para a legitimação da noção de ‘cultura popular’ como oposta à ‘cultura erudita’ cultivada pelas elites e pelas instituições oficiais em âmbito europeu.

Nas assertivas palavras de Florestan Fernandes (1989), o folclore significou uma das mais audaciosas aventuras do século XIX, posto ter nascido de uma necessidade

histórica da burguesia, da necessidade da filosofia positiva de Augusto Comte e do evolucionismo inglês de Darwin e Herbert Spencer, propondo “[...] um problema essencialmente prático: determinar o conhecimento peculiar ao *povo*, através dos elementos materiais e não materiais que constituíam a sua cultura” (FERNANDES, 1989, p.38).

Apesar da cunhagem do termo folk-lore⁴ no ano de 1846, foi somente em 1878 que o referido termo passou a ganhar legitimidade por conta da fundação, naquele mesmo ano, da *Folklore Society*, em Londres. Ali, o neologismo inglês, folk-lore, não consistia apenas uma inovação terminológica – ele encobria uma disposição que redefinia o estudo das tradições populares (ORTIZ, 1992). Como bem observa Carlos Rodrigues Brandão (1985),

Apenas 32 anos depois da carta de Thoms um grupo de tradicionalistas, mitólogos, arqueólogos, pré-historiadores, etnógrafos, antropólogos, psicólogos e filósofos fundou em Londres (a) Sociedade do Folclore. Um pouco mais tarde alguns estudiosos do assunto sugeriram que o folclore (com minúscula) significasse modos de saber do povo e Folclore (com maiúscula), o saber erudito que estuda aquele saber popular (BRANDÃO, 1985, p.28)⁵.

Os discursos acerca da ‘morte’ iminente de determinadas práticas sócio culturais e os de que é preciso documentá-las antes que se percam totalmente da memória do *povo* sempre estiveram presentes nos trabalhos folclorísticos de modo geral, incluindo-se o caso brasileiro. A partir de tais preocupações, sobressai a evidência de que, a despeito das diferentes perspectivas, o material empírico tomado privilegiadamente

⁴ No Brasil, após a reforma ortográfica de 1934, que eliminou a letra k, a palavra perdeu também o hífen e tornou-se ‘folclore’.

⁵ Embora Florestan Fernandes em seus textos não faça a distinção entre “folclore” e “Folclore”, no presente artigo o leitor encontrará tal distinção. Assim, sempre que houver referência ao campo de estudos do Folclore, esta virá grafada em maiúsculo. De outro modo, a referência com a inicial minúscula servirá para designar práticas e saberes inseridos nas culturas; objetos de apreciação dos folcloristas.

pelos folcloristas⁶, tendo como base a “cultura”, a “força ativa das relações entre os indivíduos, como criadora de normas e sistemas de vida” (ALMEIDA, 1971), guarda sua íntima relação com a natureza dos objetos elegidos no campo das ciências sociais. Relação esta que foi sistematicamente observada e apontada por folcloristas no esforço de demarcarem as especificidades de seu ofício na relação com ramos disciplinares das ciências humanas. Para ficarmos, ainda, com o mesmo Renato Almeida (1971) à guisa de citação, é oportuno lembrar que o referido folclorista, sem abrir mão da cientificidade do folclore, entendia e classificava este campo do conhecimento enquanto “ciência fronteira” que:

[...] integra as Ciências Sociais, como ramo da Antropologia Cultural, embora se deva incluí-lo num complexo interdisciplinar, dadas as suas relações com várias outras ciências (ALMEIDA, 1971, p. 29-30).

Por seu turno, Florestan Fernandes (1989), o sociólogo brasileiro que, talvez, mais energia tenha investido para dialogar com os estudos de Folclore, partilha de opinião semelhante no que se refere ao potencial interdisciplinar entre o Folclore e as ciências sociais, embora se posicionando contrariamente no que se refere à cientificidade daquele campo do conhecimento, conforme veremos mais a diante.

A partir disso, parece oportuno investirmos na possibilidade de enxergar as ciências sociais e os estudos de Folclore enquanto campos fronteira. É Lilia Schwarcz (2000) quem nos chama a atenção para o fato de que fronteiras disciplinares são lugares onde se estabelecem o jogo da alteridade. Também Mariza Peirano (1992) adverte sobre a adequabilidade de se falar de uma disciplina ou área de estudos a partir

⁶ Embora entendamos a conformação de um campo que reivindicava a especificidade do ofício de folclorista, não podemos aludir sobre tais profissionais em termos de formação catedrática. Pois, a ausência da cátedra de Folclore no Brasil trazia à baila dos estudos folclóricos profissionais das mais variadas formações.

da configuração a que ela pertence “de forma a situá-la junto a disciplinas vizinhas, sejam elas afins ou antagônicas” (PEIRANO, 1992, p.85).

Se concordarmos com a afirmação de Schwarcz (2000), inspirada em Robert Darton, de que práticas de fronteira podem ser marcadas por “[...] ‘relações de boa vizinhança’ (...), mas também, e com frequência, são palco de litígio” (SCHWARCZ, 2000, p. 11), verificaremos que o campo do Folclore no Brasil sempre se constituiu no diálogo intermitente marcado ora por aproximações, ora por distanciamentos com as ciências sociais – isto sem considerarmos a relação em debate de fronteira estabelecida pelo campo do Folclore com outras áreas do conhecimento, a exemplo da relação reivindicada ao “methodo histórico-cultural”, ou “psychanalytico”, tal como a realizava Arthur Ramos, em seu *O Folk-Lore Negro do Brasil*, datado de 1935⁷.

Embora os estudos tidos como folclorísticos no Brasil possam ser datados do final do século XIX – com um Silvio Romero⁸, por exemplo, em suas obras *O elemento popular na literatura do Brasil* e *Cantos populares do Brasil* – são, sobretudo, em meados do século XX que se assiste a uma intensificação de registros folclorísticos no país. Tratava-se – na feliz expressão cunhada pelo antropólogo Luís Rodolfo Vilhena (1997) – de um “movimento folclórico brasileiro” que correspondia a uma série de

⁷ Para Arthur Ramos (1935), o folclore não devia ser estudado como “material pittoresco, para recreio de espíritos curiosos”, visto não se resumir em “historia amena de curiosidades domesticas e sociaes”. Tratava-se, a seu ver, de “... um methodo de exploração scientifica do (...) inconsciente colectivo” (RAMOS, 1935, p. 12). É methodo demopsychologico de analyse do inconsciente das massas (Ibidem, p. 276); “terreno commum onde se encontram os critérios methodologicos da anthropologia cultural, da psychanalyse (...)” (Ibidem, p. 275).

⁸ Sílvio Romero (1851-1914) cursou a Faculdade de Direito do Recife, entre 1868 e 1873. De acordo com Alberto Luiz Schneider (2005), um de seus estudiosos, Romero “... quis encontrar o verdadeiro povo brasileiro, a essência profunda da nacionalidade, de um modo muito semelhante à busca pela nação empreendida pelo romantismo alemão da primeira metade do século XIX, à maneira de Herder e dos irmãos Grimm, autores que Romero citava elogiosamente. Imbuído desse ânimo interpretativo, Sílvio Romero se lançou nas pesquisas folclóricas, mas, como um homem do final do século XIX, queria uma pesquisa e uma coleta científicas e objetivas. O autor acabou escrevendo os mais importantes livros dedicados à cultura popular brasileira no século XIX, perfeitamente ajustados à sua interpretação do Brasil como um país inexoravelmente mestiço, já patente nos cantos e nos contos populares” (SCHNEIDER, 2005, p. 8-9).

empreendimentos de diversos intelectuais que, organizados numa comissão em 1947, a Comissão Nacional de Folclore (CNFL)⁹, e subdivididos em comissões estaduais, fomentaram a produção de pesquisas e respectivo registro das mais variadas práticas culturais, entendidas como “populares”, no vasto território brasileiro¹⁰.

[...], os folcloristas brasileiros organizados em torno da Comissão Nacional de Folclore expressavam a sua identidade como um grupo que não apenas compartilhava um tipo de produção intelectual específica, mas principalmente adotava um engajamento coletivo na defesa das tradições populares (VILHENA, 1997, p.173).

Tal empreendimento que, segundo Vilhena (1997), pode ser entendido como um “movimento folclórico” no Brasil teve destacada atuação especialmente entre os anos de 1947 e 1964. Naquele contexto, os folcloristas se empenharam enormemente, e de distintas maneiras, para a institucionalização de sua disciplina enquanto campo legítimo do conhecimento, num diálogo, como dissemos acima, intermitente marcado ora por aproximações, ora por distanciamentos com as ciências sociais. Tanto as ciências sociais quanto os estudos de Folclore, viveram, paralelamente, ações importantes rumo à institucionalização, embora cada qual tenha logrado destinos com desfechos distintos.

A despeito dos constantes esforços empreendidos pela rede daqueles que advogavam a favor dos estudos de Folclore no Brasil, na pretensão de edificá-los como

⁹ Pormenorizadamente, podemos circunstanciar, seguindo Vilhena (1997), que os rumos para a institucionalização dos estudos de Folclore no Brasil se deram a partir da assinatura, em 1946, da convenção internacional que criou a UNESCO, em que se definia que cada um dos seus países membros deveria igualmente criar “Comissões Nacionais ou Organismos Nacionais de cooperação para atuarem com capacidade consultiva (...) junto à Conferência Geral funcionando como agentes de ligação em todos os assuntos que a eles se referirem” (cf. Boletim do IBECC, 1 (1):13 *apud* VILHENA, 1997:94). O Brasil, atendendo a tal exigência, instituiu, por decreto-lei de 13 de julho de 1946, junto ao Ministério das Relações Exteriores, o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, o IBECC. Composto por intelectuais brasileiros de renome e pelas instituições educacionais, científicas e culturais, caberia a tal instituto intermediar o contato com a UNESCO. Na medida em que esse órgão começou a organizar-se, formaram-se nos seus primeiros meses de existência, várias comissões dedicadas a diversos temas e áreas de conhecimento, dentre as quais, a Comissão Nacional de Folclore – CNFL.

¹⁰ De tal articulação expressa em produção de pesquisas, congressos e reuniões de diversas naturezas, assistiu-se à criação, em 1958, da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, órgão executivo ligado, à época, ao Ministério da Educação.

legítimo e autônomo campo do conhecimento, as críticas foram constantes. As contendas envolvendo o campo dos estudos do Folclore encontraram lugar privilegiado nos meados do século XX e se confundem com a própria história da constituição das ciências sociais nas cátedras universitárias.

Como bem demonstra Sérgio Miceli (1987), em meados dos anos de 1930, começam a se manifestar os primeiros indícios de uma articulação de interesses entre novas categorias de produtores intelectuais, através da abertura de sociedades científicas, revistas acadêmicas e mandatos de representação em colegiados dentro e fora da universidade, culminando, especialmente entre os anos de 1930 e 1964, no desenvolvimento institucional e intelectual das ciências sociais no Brasil¹¹.

O ano de 1951 é marcado pelo histórico I Congresso Brasileiro de Folclore, realizado no Rio de Janeiro, em que seus intelectuais buscavam delimitações conceituais com as quais trabalhar, tendo-se estabelecido como conceito-referência à ocasião, o “fato folclórico”. 1952, por seu turno, tem sua importância para a história da Sociologia: Florestan Fernandes passa a ocupar oficialmente a cadeira de Sociologia I na condição de Primeiro-Assistente de Roger Bastide (em 1955 se tornando professor contratado dessa mesma cadeira, até 1965, quando se torna professor efetivo, catedrático – dados esses constantes do *Curriculum Vitae* de Florestan Fernandes, encontrado em seu acervo pessoal na Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos), onde se via diante da oportunidade de “(...) contar com uma posição institucional para pôr em prática as concepções que formara a respeito do ensino de sociologia e da investigação sociológica” (FERNANDES, 1994, p. 137). Em suma, as ciências sociais universitárias

¹¹ Para os interessados em saber mais a respeito da institucionalização do campo das ciências sociais no Brasil, a fundação dos primeiros cursos superiores, as gerações que os compuseram, incluindo aí as especificidades da presença de intelectuais estrangeiros, seus projetos e discípulos, ver, dentre outras referências, Miceli (1987); Fernandes (1994); Jackson (2007); Silva & Silva (2012).

consolidavam-se no mesmo momento em que se desenvolvia o movimento folclórico.

Sobre isso, de acordo com Paulo Cunha (2011):

Se pudermos sumariar as consequências desta disputa, chegaremos a dois pontos básicos: a concepção estabelecida por Florestan Fernandes tornou-se hegemônica no espaço acadêmico e resultou no processo de ‘marginalização’ dos estudos de folclore na universidade. Segundo, ao passo que ficaram de fora do espaço acadêmico, os folcloristas viram-se ‘acolhidos’, não sem alguma dificuldade, no espaço estatal (CUNHA, 2011, p. 37).

Inspirando-nos nas considerações de Eliane Sebeika Rapchan (2000), podemos dizer que na disputa por espaços institucionais, o campo do Folclore, em seus esforços no sentido de legitimar sua produção e definir espaços em que seus intelectuais pudessem atuar, teve de enfrentar os questionamentos dos cientistas sociais relativos à sua cientificidade e ao caráter do conhecimento produzido, quanto às questões de método, e também objeto; cobrança, entretanto, que não foi somente externa, mas correspondeu a parâmetros que os próprios folcloristas colocaram para si com o propósito de buscar o caráter científico da produção.

Rossini Tavares de Lima (1915-1987), por exemplo, em *Abecê do Folclore* [1952 (2003)], entendendo Folclore e Etnografia como campos afins, chegou a preconizar a indistinção entre eles. E, como forma de sustentar seu posicionamento propositivo em relação à Etnografia ser entendida como sinônimo de Folclore, tomava como referência reconhecidos expoentes de uma certa tradição norte-americana de estudos sobre “cultura”, surgida em inícios do século XX e cabalmente consagrada naqueles meados de século, tais como “Franz Boas [...], Melville Herskovits [... e] Ruth Benedict” (LIMA, 2003, p. 12).

A (con) fusão entre as palavras etnografia e folclore na intenção de Rossini Tavares de Lima deveria se estender para além de uma questão puramente semântica,

convindo concebê-la em termos epistemológicos. Naqueles meados de século XX, no Brasil, havia uma clara distinção entre, de um lado, Etnografia e Etnologia – instituídas como aquelas disciplinas voltadas para os aspectos culturais dos grupos sociais – e a Antropologia, de outro, entendida como sendo aquela mais próxima da fronteira com as ciências naturais, servindo “[...] como termo genérico para designar uma ciência do social entendida como decorrência das ideias biologizantes” (SILVA, 2002, p. 85). Embora próximas, naquele período evidenciava-se entre tais disciplinas um processo de construção de “seus respectivos campos de ação (...) vislumbrado num jogo de atribuições e auto-definições” (CAVALCANTI; VILHENA, 1990, p. 75). A esse respeito, Mariza Peirano (1992) nos oferece um quadro amplo sobre a disposição das ciências sociais, em uma acepção mais larga, naqueles meados de século XX. Segundo ela,

[...] a organização hierárquica dentro das ciências sociais surgia nos seguintes termos: a sociologia, teórica e científica, tomava a liderança; a antropologia, desprovida de uma perspectiva teórica madura, vinha em segundo plano. Paralelamente, uma outra hierarquia se configurava entre a etnologia e a etnografia: enquanto a primeira alcançava a interpretação, a segunda se mantinha no nível descritivo. A etnografia ocupava, assim, uma posição inferior à etnologia e consistia na matéria-prima para esta última (PEIRANO, 1992, p. 87).

Não à toa os profissionais do Folclore buscavam aproximação com a Etnografia. A ênfase nos processos descritivos cultivada por esta disciplina despertava o interesse daquele campo de estudos. Assim como Rossini Tavares de Lima, outros folcloristas promoveram iniciativas de aproximação com a Etnografia durante décadas. Renato Almeida, por exemplo, sugeriu fortemente que tais campos “são mais ou menos os mesmos” (ALMEIDA, 1971, p. 36), tendo em vista o objeto de interesse, “[...] a realidade, o dado imediato” (ALMEIDA, 1971, p. 19), arrematando que a possível diferença entre os dois campos poderia estar nos métodos, classificando a Etnografia

como essencialmente descritiva e o Folclore como interpretativo, posto que, do contrário, tratar-se-ia, no seu entender, de “uma atividade mais ou menos despiciente” (ALMEIDA, 1971, p. 36).

O esforço empreendido pelos folcloristas, a exemplo de Renato Almeida (1971), de imputar ao Folclore uma capacidade que vai além do mero ato de descrever, evidentemente não era sem razão; tratava-se do trabalho incessante daqueles intelectuais de buscarem a legitimidade dos estudos que empreendiam. O fato de se colocarem no debate intelectual a partir de questões envolvendo o lugar do método no Folclore se devia, sobretudo, ao fato de que foi justamente em relação a ele [ao método] – ou, como diriam as várias acusações sofridas, à ausência dele – que esse campo de estudos amargou os mais profundos ataques vindos especialmente das ciências sociais.

De acordo com Vilhena (1997), de modo geral, no entender daqueles que advogavam a favor do Folclore, a delimitação de seu objeto específico permitiria, por si mesma, a constituição de suas fronteiras e, nesse tocante, a ausência do método se apresentava flagrante. Como bem observa Renato Ortiz (1992), o obstáculo que se impôs ao campo dos estudos de Folclore foi “[...] seu nome designa(r) simultaneamente o objeto a ser estudado e a própria ciência” (ORTIZ, 1992, p. 53). A tais aspectos, Florestan Fernandes esteve absolutamente atento. Inquirindo o campo dos estudos de Folclore quanto a questões de objeto, mas também de método, esse sociólogo, a partir do desenvolvimento de suas críticas, forneceu importante contribuição, cujos escritos devotados à temática – entre 1944 e 1962 – estão situados no período que corresponde, em sua grande parte, à pujança da atuação do campo dos estudos de Folclore no Brasil, marcada pela intensidade da produção folclorística e acirramento dos debates em torno da possibilidade de sua autonomia enquanto disciplina científica.

Florestan Fernandes e o Folclore como disciplina humanística

Através do conjunto de textos escritos entre os anos de 1940 até inícios da década de 1960, é possível constatar, com nitidez, que Florestan Fernandes realiza um apanhado quase exaustivo da produção folclorística no Brasil, com ênfase no estado de São Paulo, demonstrando profundo conhecimento e intimidade com o que estava sendo produzido nos meados do século XX pelos folcloristas.

Em artigo publicado no Jornal de São Paulo, escrito em 1946, por ocasião de um concurso de folclore musical, Florestan Fernandes registrava uma espécie de crise nos estudos de folclore. Sintomaticamente, aquele era o ano que antecedia o “movimento folclórico brasileiro” (1947-1964). Ao escrever sobre o tal concurso de folclore, o sociólogo aproveitou para apontar a não seriedade com que o folclore era tratado, denunciando que os cursos de folclore eram dados de modo capenga. Demonstrando claramente sua preocupação com o campo dos estudos de Folclore no Brasil, afirmava que a crise ali observada não era superficial “[...] É mais profunda, pois implica uma revisão completa dos critérios, das técnicas e dos métodos de trabalho, envolvendo inclusive uma revisão do próprio problema da natureza do folclore como uma disciplina particular” (FERNANDES, 1989, p. 218).

Naqueles mesmos anos de 1940, mais precisamente em dois artigos – um intitulado “A burguesia, o ‘progresso’ e o folclore”, publicado em 1944, e outro intitulado “Sobre o Folclore”, publicado em 1945 –, Florestan tecia críticas ao folclore enquanto equivalente à “cultura do inculto”, apontando que tal “juízo de valor” corresponderia a uma concepção segundo a qual haveria uma cultura estacionada no tempo, sobrevivência, própria do homem do povo, relegando-o, portanto, a uma condição pré-moderna, que resistiria ao progresso. A partir dos mencionados artigos,

fazemos coro à conclusão a que chega Vilhena (1997) a esse respeito, segundo o qual Florestan Fernandes contrapunha tal concepção àquela a qual lhe fazia mais sentido na análise do social: a concepção de desenvolvimento dialético, tal qual aparece no marxismo, sustentada pelos representantes do materialismo histórico, que toma os ‘meios populares’ como sujeitos capazes de moverem o – e se movimentarem no –, processo histórico. Nesses termos, parecia inaceitável a Florestan Fernandes concordar com o posicionamento partilhado por muitos folcloristas de que os segmentos subalternizados seriam incapazes de “progresso”, vivendo imobilizados no passado e de valores residuais, em contraposição à burguesia, em referência à qual, (sub)entendia-se, era o segmento capaz de “progresso”. Nesse sentido, o autor parte de tais críticas e ponderações argumentando que:

A diferença de mentalidade [...] não deixa de ser bastante visível quando se analisa o comportamento de membros de classes diferentes e traduz-se a todo momento nas diversas formas de conduta na interpretação de coisas e de ações. Como uma diferença de grau, resultante das possibilidades desiguais de participar da cultura do grupo, e não de natureza, é suscetível de modificar-se, acompanhando o desenvolvimento da sociedade ou as mudanças de situações dos indivíduos ou grupos de indivíduos (FERNANDES, 1989, p. 44).

Com isso, rebate-se a concepção clássica do campo folclorístico – que aposta em certa inércia e isolamento do “homem do povo” – propondo que os sujeitos pertencentes às classes populares sejam considerados agentes de transformação e capazes de se movimentarem pelos diversos setores da vida cultural. Ainda a esse respeito, é exemplar o modo como Florestan Fernandes analisa a relação literatura *versus* folclore. De acordo com pressupostos sustentados pelo pensamento folclorista, literatura estaria para o homem burguês, assim como folclore estaria para o homem do povo. Concepção que Florestan critica propondo um terceiro caminho que seria “[...] tentar uma conciliação entre as duas culturas, entre os dois ‘tipos’ de homem” (FERNANDES, 1989, p. 67).

Isto revela como o autor entendia que o folclore deveria ser concebido: como aspecto da vida do homem em sua expressão histórica e ideologia política. Ato contínuo, conceitua o folclore como componente da “cultura” de uma sociedade, não aceitando que o objetivo do folclore seja o “estudo dos elementos culturais ultrapassados”, “o estudo das sobrevivências” ou “a cultura dos incultos”. Para Fernandes (1989), o fato folclórico é expressão da experiência humana que se encontra em constante reatualização.

Nos mesmos idos anos de 1940, Florestan toma a postura de negar a inclusão do folclore no currículo do ensino primário e no do ensino superior, prenúncio de seu posicionamento de negar ao Folclore o status de disciplina científica autônoma. O encaminhamento proposto por ele consiste em que o folclore fosse abordado por outras disciplinas consideradas cientificamente autônomas. Entende que o folclore enquanto parte integrante da realidade objetiva pode e deve ser investigado cientificamente, porém, não de modo autônomo. Na sua visão, cada ciência social deve investigar o fato folclórico de um ponto de vista próprio. O folclore, como ponto de vista especial, só se justificaria, assim, como disciplina humanística, onde se aproveitam as investigações científicas sobre o fato folclórico. “(...) ou técnicas e métodos científicos de levantamento e ordenação dos materiais folclóricos” (FERNANDES, 1989, p. 10). Assim, Florestan Fernandes confere ao Folclore outros atributos reconhecíveis como constitutivos de um campo de saber legítimo, não científico, e humanístico.

Na segunda parte do livro *O Folclore em Questão*, intitulada “Tendências dos estudos folclóricos em São Paulo”, Fernandes se debruça a pensar, dentre outras questões, no folclore como expressão estética e mentalidade popular. No conjunto da obra, se preocupa em adentrar na produção folclorística paulista para saber o que ela diz

e, disso, tecer sua análise sociológica. Faz referência, sobretudo, a Amadeu Amaral e Mário de Andrade, além de conferir mérito a outros folcloristas, como Oneyda Alvarenga. Tais referências, entretanto, foram cuidadosamente elencadas e analisadas pelo autor de acordo com a disposição que o impulsionava, qual seja, procurar compreender, afinal, a natureza do ofício de folclorista e as limitações que, a seu ver, impossibilitavam ao Folclore tornar-se disciplina científica autônoma.

Está fora de qualquer dúvida que o folclore pode ser objeto de investigação científica. Mas, conforme o aspecto do folclore que se considere cientificamente, a investigação deverá desenvolver-se no campo da história, da linguística, da psicologia, da etnologia ou da sociologia. O folclore, como ponto de vista especial, só se justifica como disciplina humanística [...] Em outras palavras, o folclore, como disciplina humanística, versa conhecimentos que escapam ao âmbito das investigações científicas ou que caem dentro dele de forma parcial e fragmentária. De um lado, isso indica que o estudo científico do folclore não nos oferece – nem poderia oferecer – os conhecimentos que podem ser descobertos pelas investigações folclóricas propriamente ditas, de inspiração humanística. De outro, conduz-nos a colocar em outras bases a questão da interdependência entre o folclore e as ciências sociais (FERNANDES, 1989, p. 94-96).

O trecho transcrito parece sintetizar de modo exemplar como o autor se colocou a pensar a questão dos estudos de folclore no Brasil, a partir do que eram suas preocupações intelectuais.

Neste tocante, faz importante distinção entre saberes e ciência.

É um erro supor-se que o valor do conhecimento dependa, exclusivamente, de sua base científica. Antes da formação do pensamento científico, o homem já obtivera progressos notáveis na esfera do saber; e, após a constituição do pensamento científico, muitas coisas continuam a ser conhecidas e explicadas através de modalidades de saber não científicas. A aceitação dessa convicção é tão importante para o folclorista, quanto para o cientista social. Para o folclorista, porque dela depende a compreensão objetiva da natureza e importância dos papéis intelectuais que lhe cabem, na observação e na interpretação do folclore. Para o cientista social, porque este não pode perder de vista que existem aspectos da vida humana em sociedade que precisam ser abordados por especialistas com treino nos ramos humanísticos do saber (FERNANDES, 1989, p. 18-19).

Nesse sentido, sua atuação no debate não deve ser entendida como a negação do Folclore enquanto campo específico do conhecimento. Se por um lado, teceu críticas contundentes à pretensão desse campo tornar-se ciência, por outro reconheceu sua especificidade enquanto disciplina humanística, propondo diálogos possíveis, numa relação de interdependência, ainda que destituindo o Folclore de um pretenso caráter científico e conferindo tal primazia à sociologia, esta, sim, entendida por ele como ciência, caracterizada por métodos e objetos próprios.

Os estudos de Folclore não poderiam ser entendidos enquanto ciência, posto que, no entender de Fernandes:

[...] não existe um conjunto de fatos folclóricos relacionados causalmente, cuja *natureza* o caracterize como objeto específico de uma ciência nova, com um campo de estudo *sui generis* – o folclore, no caso. Os fatos apresentados e caracterizados como folclóricos estão compreendidos numa ordem de fenômenos mais ampla – a cultura – e podem ser estudados como aspectos particulares da cultura de uma sociedade, tanto pela sociologia cultural como pela antropologia (FERNANDES, 1989, p. 15 – grifos do autor).

Ao distinguir o folclore como “realidade objetiva” e como “ponto de vista especial”, que permite observar e descrever aquela realidade, Florestan Fernandes não nega a existência e a importância do Folclore como campo de produção do conhecimento, mas questiona justamente o que seria sua delimitação.

Afirma que o folclore (enquanto realidade objetiva) pode ser objeto de investigação científica, mas “[...] conforme o aspecto do folclore que se considere cientificamente, a investigação deverá desenvolver-se no campo da história, da linguística, da psicologia, da antropologia ou da sociologia.” (FERNANDES, 1989, p. 9). Por isso, o Folclore, como ponto de vista especial, só se justificaria como disciplina humanística, “[...] na qual se poderão aproveitar as investigações científicas sobre o

folclore ou técnicas e métodos científicos de levantamento e ordenação dos materiais folclóricos” (FERNANDES, 1989, p. 9).

A concepção defendida por Florestan Fernandes em relação ao Folclore enquanto disciplina humanística, que reúne “aptidões para analisar o folclore como e enquanto criação intelectual do espírito humano” (FERNANDES, 1989, p. 213), foi detidamente trabalhada pelo autor nos meados da década de 1950. Em 1959, em artigo intitulado “Folclore e Ciências Sociais”, publicado na *Revista Brasileira*, o autor compara aquele momento como sendo o momento em que teria mais clareza (convicção) sobre o folclore como disciplina humanística, se comparado aos seus escritos da década de 1940, mais voltados a conferir ao folclore a condição de método.

O amadurecimento de tal elaboração serviu, podemos assim dizer, para a um só tempo reafirmar sua posição de negação a uma pretensa cientificidade aos estudos de Folclore e empreender o que, afinal, seria a tônica desses estudos. O sociólogo paulista conferiu singularidade ao ofício do folclorista entendendo-o como campo delimitável, mas não científico. É entendido como campo delimitável por compor uma realidade objetiva, capaz de oferecer “um campo ideal de investigação”. “É que ele permite observar fenômenos que lançam enorme luz sobre o comportamento humano, como a natureza dos valores culturais de uma coletividade, as circunstâncias ou condições em que eles se atualizam [...]” (FERNANDES, 1989, p. 13).

A conveniência dos estudos de Folclore enquanto disciplina humanística estaria, portanto, na vantagem de oportunizar compreender aspectos da vida humana investigando as implicações artísticas, segundo padrões estéticos e filosóficos das “[...] *objetivações culturais do povo* que se manifestam nas produções de cunho folclórico, objetivações sob forma cultural dos processos de vida das massas populares, e que

também compõem a realidade de vida destas” (GNACCARINI, 1987, p. 72 – grifos do autor).

Em suma, o folclore, encarado como realidade cultural, psico-cultural ou sócio-cultural, constitui objeto de investigação científica. Nesses termos, ele pode ser descrito e explicado por disciplinas como a psicologia, a psicologia social, a etnologia e a sociologia, através de seus recursos comuns de pesquisa e de interpretação. Entendido como um campo especial de indagações e de conhecimento, ele constitui uma disciplina humanística, semelhante à literatura comparada, podendo lançar mão, como esta, de técnicas de trabalho científico, sem ser uma ciência propriamente dita (FERNANDES, 1989, p. 24).

Com o avançar dos anos na década de 1950, é notável que as críticas de Florestan Fernandes endereçadas aos folcloristas tornam-se mais ácidas, a exemplo do famigerado debate que enfrentou com o folclorista baiano Edison Carneiro, em 1959¹². Em atitude corajosa, em 1960, critica seus próprios estudos sobre o folclore desenvolvidos nos anos de 1940, afirmando que não realizou nenhuma descrição verdadeiramente sociográfica. “[...] Já no plano da interpretação, as críticas que me podem ser dirigidas relacionam-se com a exploração sistemática apenas de pistas abertas por material ‘salvo’ desordenadamente” (FERNANDES, 1989, p. 31). A autocritica promovida por ele tinha uma intenção explícita: a de provocar os folcloristas a tomarem atitude semelhante.

Os folcloristas estão suscitando um debate sem nenhum intuito sério e construtivo. Defendem-se, para salvar um padrão de trabalho intelectual que não pode ser mantido sem graves prejuízos para os próprios estudos folclóricos. [...]. Não chegam, sequer, a fazer a crítica procedente e construtiva, que os cientistas sociais põem em prática sobre as próprias contribuições – o que abre um círculo vicioso. Para sair dele, [...] Só um caminho parece ser produtivo – o da autocritica objetiva [...] combinada à colaboração interdisciplinar (FERNANDES, 1989, p. 31).

¹² Para uma compreensão do contexto e rumores que marcaram o debate, ver Cavalcanti & Vilhena (1990), Vilhena (1997), Cunha (2011).

É, pois, ao propor como saída aos estudos de Folclore a interdisciplinaridade, que Florestan Fernandes destitui o pretense caráter científico autônomo ali acalentado.

De acordo com Elizabeth Travassos (1998), podemos entender que, de certo modo, o movimento folclórico brasileiro encontrou lugar “intermediário” no cenário intelectual do Brasil, tanto do ponto de vista conceitual, quanto institucional, ao conceber um projeto (de interpretar a nação) e assumir uma missão (de registro e preservação das ‘coisas do povo’, que, por seu turno, era o caminho – ou a chave de acesso – para a tradução da decantada ‘brasilidade’). Buscando “a unidade nacional na diversidade regional” (TRAVASSOS, 1998, p. 188), o campo dos estudos de Folclore no Brasil, sem alcançar posição catedrática, acabou por ocupar outros lugares de atuação, através das comissões estaduais de folclore, como festivais, congressos e produção de textos assinados por diletantes.

Ocorre, contudo, que, se por um lado, o cenário tenso entre as fronteiras das ciências sociais e do Folclore, desenhado acima, serviu para produzir a diferença – ou seu exagero – entre os campos em questão, serviu, paradoxalmente, para conjugá-los, tal como velhos vizinhos brigões que ensaiam uma separação sem volta. Se a história existente entre o campo das ciências sociais e dos estudos de Folclore é marcada por paradoxos, a atuação do sociólogo paulista se mostra importante.

A proposição deixada em tom de lição por Florestan Fernandes, no entanto, parece não ter sido levada adiante pelos estudiosos das ciências sociais, tendo prevalecido, de fato, a visão negativa ao Folclore, mesmo circunscrito nos limites que lhe foram impostos de disciplina estritamente “humanística”, sem qualquer pretensão de ciência autônoma.

Entretanto, a despeito das disputas disciplinares que historicamente envolveram os estudos de Folclore e as ciências sociais no Brasil, parece salutar levarmos em consideração as lições deixadas por Florestan Fernandes quanto à possibilidade de desenvolvermos o esforço do exercício interdisciplinar, quando o assunto é a dimensão da vida humana em seus aspectos estéticos e poéticos. Se o citado sociólogo nos convoca a pensar o folclore como “realidade objetiva” e as pretensões da formação de seu campo, certamente há muito que se ver e aprender também com o que foi produzido e debatido por folcloristas, a partir de outras convicções e argumentações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Renato. 1971. *Vivência e Projeção do Folclore*. Rio de Janeiro: Agir.

AYALA, Marcos; AYALA, Maria Ignez Novais. 1987. *Cultura Popular no Brasil*. São Paulo: Ática.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. 1985. *O que é folclore*. São Paulo: Brasiliense.

BURKE, Peter. 1978. *Popular culture in early modern Europe*. New York, NY: Harper and Row.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; VILHENA, Luís Rodolfo. 1990. Traçando fronteiras: Florestan Fernandes e a marginalização do folclore. *Estudos Históricos*, v. 3. n.5, p. 75-92.

CUNHA, Paulo Anchieta Florentino. *O Movimento Folclórico Brasileiro e seus desdobramentos na Paraíba: uma aproximação a partir da trajetória de Hugo Moura (1960 a 1978)*. Dissertação de mestrado. Antropologia Social. Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

FERNANDES, Florestan. 1989. *O Folclore em Questão*. São Paul: HUCITEC.

_____. 1994. Ciências Sociais: na ótica do intelectual militante. *Estudos Avançados*. V. 8, n. 22, p. 123-138.

GNACCARINI, José Cesar. 1987. Folclore e consciência nacional: a visão crítica de Florestan Fernandes. *Revista da Universidade de São Paulo*, n. 5, p. 67-77.

JACKSON, Luiz Carlos. 2007. Gerações pioneiras na sociologia paulista (1934-1969). *Revista de Sociologia da USP*. v. 19, n. 1. São Paulo, p. 115-130.

- LIMA, Rossini Tavares de. 2003. *Abecê de Folclore*. São Paulo: Martins Fontes.
- MICELI, Sérgio. 1987. Condicionantes do Desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil (1930-1964). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 2, n. 5, p. 72-110. São Paulo
- ORTIZ, Renato. 1992. *Românticos e Folcloristas: cultura popular*. São Paulo: Editora Olho d'água.
- PEIRANO, Mariza. 1992. As ciências sociais e os estudos de folclore. *Seminário Folclore e Cultura Popular*. Rio de Janeiro: IBAC, p. 85-88.
- PENTEADO JR, Wilson Rogério. 2016. Folcloristas como intérpretes da nacionalidade: notas etnográficas sobre o jongo no "espetáculo da brasilidade". *Arquivos do CMD*, v. 4, n. 1, p. 55-77.
- RAMOS, Arthur. 1935. *O Folk-Lore Negro do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- RAPCHAN, Eliane Sebeika. 2000. *Negros e africanos em Minas Gerais: construções e narrativas folclóricas*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP.
- SCHNEIDER, Alberto Luiz. 2005. *Silvio Romero hermeneuta do Brasil: três raças e miscigenação na formação de uma imagem da brasilidade*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP.
- SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. 2000. Introdução: História e Antropologia: embates em região de fronteira. In: SCHWARCZ, Lilia K. Moritz; GOMES, Nilma Lino (Orgs). *Antropologia e História: debate em região de fronteira*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 11-33.
- SEGATO, Rita Laura. A Antropologia e a crise taxonômica da cultura popular. Trabalho apresentado no *Seminário Folclore e Cultura Popular: várias faces de um debate*. Rio de Janeiro, agosto de 1988. INF/FUNARTE, p. 81-94.
- SILVA, Vagner Gonçalves da. 2002. Construção e legitimação de um campo do saber acadêmico (1900-1960). *Revista USP*. São Paulo. n. 55, p 82-111.
- SILVA, Cinthia Lopes da; SILVA, Rogério de Souza. A institucionalização das Ciências Sociais no Brasil: percalços e conquistas. *Impulso*. v. 22, n. 54. Piracicaba, p. 97-106.
- THOMS, William John. Folk-Lore. Carta publicada em *The Atheneum*. Londres. 22 de agosto de 1846. Disponível em https://www.unicamp.br/folclore/carta_folk.html. Acesso em 30 de novembro de 2020.

THOMPSON, Edward Paul. 1998. *Costumes em Comum*: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras.

TRAVASSOS, Elizabeth. 1998. Resenhas – VILHENA, Luís Rodolfo. 1997. Projeto e Missão. O Movimento Folclórico Brasileiro, 1947-1964. Rio de Janeiro: Funarte; Fundação Getúlio Vargas. 332 pp. *Mana*. v. 4, n. 1. Rio de Janeiro, p. 186-188.

VILHENA, Luís Rodolfo. 1997. *Projeto e Missão*: o movimento folclórico brasileiro 1947-1964. Rio de Janeiro: Funarte: Fundação Getúlio Vargas.

POSSIBLE DIALOGUES IN INTERCHANGEABLE FILDS:

Florestan Fernandes and the Folklore Studies in Brazil

ABSTRACT

This article seeks to take up the frontier issue that marks the relationship between social sciences and Folklore from the contributions of texts produced by Florestan Fernandes between 1944 and 1962, later gathered in the book *O Folclore em Questão*, published in the 1970s. Specially, it is interesting to look at how, in seeking to establish boundaries, Florestan Fernandes invites social scientists and folklorists to dialogue, within the limits and specificities of each field, proposing interdisciplinarity as a possible fruitful path. The theme involving the relationship between the institutional fields of social sciences and folklore is deeply complex and opens to a series of investigative questions. This article specifically seeks to highlight the propositional aspects that the sociologist from São Paulo addressed to folklore, understanding it as a humanistic discipline.

KEYWORDS

Florestan Fernandes. Folklore. Social Sciences. Interdisciplinarity